

26 June 2013

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

- 1) De acordo com a nossa análise preliminar sobre a Minuta de Contrato que consta em forma de anexo do edital de licitação dos aeroportos Confins e Galeão (estão em um único edital), entendemos que as cláusulas referentes a seguros são bastante genéricas, não separando, por exemplo, o seguro relativo ao RC-Obras do seguro de Responsabilidade Civil das Operações.
- 2) Não está explicitada a necessidade de contratação, também, dos seguros de RC-Aeroportuário, ou de RC-Hangar.
- 3) Apesar de ser clara a responsabilidade do concessionário pelos riscos intrínsecos da operação do aeroporto, incluindo os passageiros, lojas, estacionamento de veículos, etc; não existe separação clara destas coberturas acessórias no item referente a danos causados a terceiros.
- 4) Seria de todo oportuno que o Jurídico da Concessionária analisasse a conveniência de inserir na Minuta do Contrato constante do Edital, a definição exata do termo "força maior e caso fortuito" cuja frase é feita a chamada em vários itens do Edital.
- 5) Cabe, outrossim a observação de nosso entendimento que o edital não deve entrar nos mínimos detalhes, até para não causar complicações e dificuldades ao concessionário. Por outro lado, também achamos que a ANAC não irá aceitar uma mudança radical no formato do edital, tendo isto em vista, seguem as sugestões abaixo:

Subseção IX - Dos Seguros

3.1.56. contratar e manter em vigor, durante todo o prazo da Concessão, apólices de seguro, com vigência mínima de 12 (doze) meses, que garantam a continuidade e eficácia das operações realizadas no Aeroporto, que sejam suficientes para cobrir:

- 3.1.56.1. danos causados às obras civis, aos equipamentos e máquinas empregados na ampliação ou reforma do Aeroporto, incluindo danos decorrentes de caso fortuito ou força maior, com limite máximo de garantia no mínimo equivalente ao valor dos bens segurados;

MARSH: item ok, considerando que o maior detalhamento poderá colocar a concessionária em situação de inadimplência contratual junto ao poder concedente. Segue sugestão:

3.1.56.1. danos causados às obras civis, aos equipamentos e máquinas empregados na ampliação ou reforma do Aeroporto, incluindo danos decorrentes de caso fortuito ou força maior, com limite máximo de garantia no mínimo equivalente ao valor dos bens segurados, **ressalvados eventuais critérios técnicos que permitam o estabelecimento de limites máximos de indenização nas apólices de seguro;**

3.1.56.2. danos causados aos bens móveis e imóveis que integram a concessão, nos termos deste Contrato, incluindo danos decorrentes de caso fortuito ou força maior, com limite máximo de garantia no mínimo equivalente ao valor dos bens segurados, **ressalvados eventuais critérios técnicos que permitam o estabelecimento de limites máximos de indenização nas apólices de seguro;**

3.1.56.3. danos morais e materiais causados a terceiros, que decorram das obras e das atividades prestadas pelos administradores, empregados, prepostos, ou delegados da Concessionária, e que sejam passíveis de responsabilização civil, com limite máximo de garantia coincidente com as melhores práticas de mercado para cada tipo de sinistro;

MARSH: Neste item está faltando a cobertura de danos corporais. Sugestão de redação:

3.1.56.3. **danos corporais**, danos materiais, incluindo danos morais, causados a terceiros, que decorram das obras e das atividades prestadas pelos administradores, empregados, prepostos, ou delegados da Concessionária, e que sejam passíveis de responsabilização civil, com limite máximo de garantia coincidente com as melhores práticas de mercado para cada tipo de cobertura;

3.1.57. apresentar à ANAC, antes do início das FASES I-A e I-B, e II e na ocorrência de um novo ciclo de investimentos, a comprovação de que as apólices dos seguros exigidos na presente subseção e aplicáveis para cada uma destas fases encontram-se em vigor;

3.1.58. atualizar os seguros contratados periodicamente, a cada 12 (doze) meses contados a partir da contratação originária, de forma a incluir eventos ou sinistros que não eram cobertos pelas seguradoras em funcionamento no Brasil no momento de sua contratação originária;

MARSH: na verdade, ao que se percebe no texto da ANAC, o intuito desse item é de buscar manter a ANAC atualizada para propor a implementação e/ou melhorar eventuais coberturas não disponíveis de aceitação ou restritivas na época da contratação inicial dos seguros.

atualizar os seguros contratados, periodicamente, a cada renovação, de forma a possibilitar a melhoria do escopo das garantias, com a inclusão de coberturas que eventualmente não eram oferecidas pelas instituições seguradoras em funcionamento no Brasil no momento de sua contratação originária;

3.1.59. informar à ANAC, anualmente, todos os bens cobertos pelos seguros contratados e a forma de cálculo do limite máximo de indenização da apólice de seguro para cada sinistro;

MARSH: sugestão de redação:

Entregar à ANAC, anualmente, uma cópia das apólices dos seguros contratados, e o critério de cálculo utilizado para a fixação dos limites máximos de indenizações estipulado nas apólices de seguro de propriedades, o qual assegura todos os ativos fixos e imobilizados e bens sob o regime da concessão;

3.1.60. responder pela abrangência ou omissões decorrentes da realização dos seguros, bem como pelo pagamento integral da franquia na hipótese de ocorrência do sinistro;

3.1.61. estabelecer a ANAC como cossegurada de todos os seguros, de acordo com a característica, finalidade e titularidade dos bens envolvidos. As apólices de seguro poderão estabelecer, adicionalmente, como beneficiária, instituição financeira credora da Concessionária, desde que não haja comprometimento da operacionalização e continuidade da prestação do serviço;

3.1.62. fazer acompanhar as apólices de seguro da expressa autorização à seguradora para contratar o resseguro diretamente no exterior, bem como de resseguro junto às resseguradoras internacionais, quando for o caso;

MARSH: este item merece um pedido de esclarecimento à ANAC, pois não está clara a sua intenção. Observamos que este item poderia, inclusive, ser retirado do edital, uma vez que a regulamentação de resseguro é estabelecida pela SUSEP/CNSP.

Partindo do pressuposto que a preocupação da ANAC está relacionada a integralização do resseguro, sugerimos a seguinte redação:

fazer acompanhar das apólices de seguro, que tenham a colocação de resseguro facultativo, o demonstrativo do painel de resseguradores e respectiva participação.

3.1.63. encaminhar à ANAC, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de seu vencimento, a comprovação de que as apólices dos seguros foram renovadas ou serão incondicionalmente renovadas antes do seu vencimento;

MARSH: Sugestão de redação:

3.1.63. Encaminhar um carta confirmando o processo de renovação à ANAC, com antecedência mínima de 30 dias (trinta) antes do vencimento das apólices em processo de renovação, e um certificado confirmando as renovações antes do seu vencimento

3.1.64. sem prejuízo do disposto no item 3.1.60, toda alteração promovida nos contratos de apólices de seguros, incluindo as que impliquem cancelamento, renovação, modificação ou substituição de quaisquer apólices, devem ser previamente informadas à ANAC;

3.1.65. caso a Concessionária não comprove a renovação das apólices no prazo previsto no item 3.1.63, a ANAC poderá contratar os seguros e cobrar da Concessionária o valor total do prêmio, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis;

3.1.66. na situação prevista no item 3.1.65 permanecerá a Concessionária responsável pelas obrigações contratuais, independentemente da opção da ANAC pela contratação ou não dos seguros;

Subseção X - Das Garantias de Execução Contratual

Considerando que para esse ramo de seguro o Grupo CCR vem sendo assistido por outro Consultor/Corretor de Seguros, não estamos autorizados a apresentar contribuições a esse relativo.

NOTA IMPORTANTE:

A Marsh não faz e nem pode dar pareceres jurídicos de qualquer espécie, assim, todas as observações que fazemos sobre os contratos que nos são enviados para análise referem-se unicamente às questões securitárias. Tratam-se, também, de declarações exclusivamente destinadas à discussão interna e que devem ser submetidas aos seus advogados para o parecer final.